

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 670, DE 2015

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para enquadrar a prancha de surf entre os itens da franquía de bagagem.

Autor: Deputado WILLIAM WOO

Relator: Deputado JOSE STÉDILE

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Viação e Transportes (CVT), o projeto de lei em epígrafe, que acrescenta o art. 234-A na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, a qual *Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica*, para enquadrar a prancha de *surf* entre os itens da franquía de bagagem e prever a cobrança com base no peso, pelo transporte de materiais desportivos acima do limite estabelecido para tal franquía.

A cláusula de vigência estipula como data de entrada em vigor da lei que se originar o PL, o dia de sua publicação.

Tramitando sob rito ordinário, o PL foi distribuído ao exame conclusivo desta CVT e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que deverá votar, de modo terminativo, sobre a constitucionalidade ou juridicidade da matéria.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 670, de 2015, pretende que equipamentos desportivos, entre os quais a prancha de *surf*, possam ser incluídos na franquia de bagagem, estabelecendo que a cobrança, pelo transporte desses materiais acima do limite fraqueado, seja feita com base no peso.

Desse modo, o PL em apreço mostra-se inconveniente por pretender introduzir matéria estranha no Código Brasileiro de Aeronáutica, cuja Seção II do Capítulo II, dedicada à Nota de Bagagem, não traz nenhuma referência a peso e franquia de bagagem.

Isso, porque a franquia de peso da bagagem observada até o dia 11 de março de 2017, foi definida pela Portaria nº 689/GC5, de 22 de junho de 2015. Editada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, essa Portaria estabeleceu, entre outras, a franquia de 30 kg para a primeira classe e de 23 kg para as demais classes nas aeronaves com mais de 31 assentos.

Outra medida administrativa revogou a Portaria referida, qual seja a Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, dessa vez, publicada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que reduziu a franquia de bagagem a 10 kg transportados pelo passageiro na cabine da aeronave, na forma de bagagem de mão, com restrições de dimensões e quantidade de peças. Assim, toda bagagem acima desse limite sujeita-se a contrato de transporte de carga, cujo valor é decidido pela empresa de transporte aéreo de passageiros.

O exposto deixa entrever que além de inconveniente, o PL nº 670, de 2015, mostra-se intempestivo, por trazer à apreciação deste fórum matéria superada por medida administrativa.

Assim, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 670, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado JOSE STÉDILE
Relator

2017-11090